

Artigos de Revisão

Práticas corporais indígenas e educação física escolar: uma análise sobre a produção científica em periódicos nacionais

Indigenous bodily practices and school physical education: an analysis on scientific production in national journals

Prácticas corporal indígenas y educación física escolar: un análisis sobre la producción científica en revistas nacionales



Dayvson da Silva Felipe

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

e-mail: dayvson.felipe@ufpe.br



Reyanne Maria da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

e-mail: Reyanne.maria@ufpe.br



Denis Foster Gondim

Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

e-mail: denis.foster@upe.br



Henrique Gerson Kohl

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

henrique.kohl@ufpe.br

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar a produção de artigos científicos publicados em periódicos nacionais referentes à inserção das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar. A pesquisa teve o recorte temporal de 2011 a 2021 e incluiu oito periódicos da área de Educação Física pertencentes ao *WebQualis* da CAPES A1~B2. Foram selecionados 16 estudos. Destes, apenas quatro estavam relacionados à Educação Física

escolar. Concluimos que, apesar das práticas corporais indígenas estarem obrigatoriamente incluídas no conteúdo das aulas de Educação Física, as reflexões que cercam a temática são insuficientemente produzidas, tornando-se fundamental o aprofundamento na temática, visando a contribuir para a valorização da cultura dos povos originários.

Palavras-chave: Povos indígenas; Educação física escolar; Práticas corporais.

Abstract: This study aims to analyze the production of scientific articles referring to the inclusion of indigenous physical practices in Physical Education classes at school published in national journals. The research time frame was from 2011 to 2021 and included eight journals in the area of Physical Education belonging to WebQualis of CAPES A1~B2. Sixteen studies were selected, of which only four were related to school Physical Education classes. We conclude that, despite the fact that indigenous physical practices are obligatorily included in the content of Physical Education classes, the conclusions surrounding this theme are insufficiently produced, making it essential to deepen in the area in question, aiming to contribute to the appreciation of Brazilian native culture and improve their quality of life.

Keywords: Indigenous people; School Physical Education; Bodily Practices.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar la producción de artículos científicos publicados en revistas nacionales sobre la inclusión de prácticas corporales indígenas en la Educación Física en la escuela. La investigación tuvo un marco temporal de 2011 a 2021 e incluyó ocho revistas del área de Educación Física pertenecientes a WebQualis de la CAPES A1~B2. Se seleccionaron dieciséis estudios, de los cuales sólo cuatro estaban relacionados con la Educación Física escolar. Concluimos que, a pesar de que las prácticas corporales indígenas sean obligatoriamente incluídas en el contenido de las clases de Educación Física, las reflexiones

en torno al tema son insuficientemente producidas, por lo que es imprescindible profundizar en el área en cuestión, con el objetivo de contribuir a la valorización del brasileño. cultura nativa.

Palabras-clave: Pueblos Indígenas; Educación Física Escola; Prácticas Corporales

Submetido em: 21 de abril de 2023

Aceito em: 04 de abril de 2024

1. Introdução¹

Compreendendo o papel social da Educação Física e as possibilidades referentes ao trato pedagógico dos conteúdos relacionados à cultura corporal de movimento, faz-se necessário que se mantenham debates no meio acadêmico-científico sobre as temáticas que permeiam as discussões sobre sociedade e escola. Entendendo essa questão, este artigo surge com o objetivo de analisar as produções científicas que estabelecem relação entre práticas corporais indígenas e a Educação Física escolar em periódicos de Educação Física.

A inserção de estudos referentes à cultura indígena na escola é prevista na Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que, além de incluir os conteúdos históricos da cultura afro-brasileira, insere os povos originários dentro do currículo escolar (Brasil, 2008). É possível identificar essa relação com a Educação Física a partir dos documentos norteadores a nível nacional e regional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconiza em suas diretrizes para o ensino fundamental, a organização das unidades temáticas da Educação Física a partir de objetos de conhecimento e, dentre eles, estão os de matriz indígena (Brasil, 2017). De acordo com o documento supracitado, a Educação Física deve tematizar “as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social [...] produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história” (Brasil, 2017, p. 213). Nessa perspectiva, a partir da análise curricular, observa-se que as unidades temáticas da Educação Física, especificamente jogos e brincadeiras, danças e lutas, precisam priorizar o reconhecimento sociocultural dos povos indígenas para sociedade brasileira:

Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico-cultural na preservação das diferentes culturas. Ex-

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

perimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem. Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes no contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana (Brasil, 2017, p. 229).

Em vista disso, observa-se que a inclusão dos conteúdos referentes às culturas indígenas na Educação Básica possibilita que o processo de ensino-aprendizagem seja intercultural, colaborando para que os(as) estudantes expandam a visão no que se refere à pluralidade cultural acumulada historicamente no país, materializando-se, assim, como um recurso para o combate ao racismo estrutural e a invisibilidade desses povos:

[...] o diálogo intercultural, nos leva a pensar que se a proposta educacional é conviver e realizar trocas com as sociedades indígenas, a escola terá que fazer um esforço para conhecer esses povos, sua história, sua cultura e, mais especialmente, afirmar uma presença que supere a invisibilidade histórica que se estende até o presente (Bergamashi; Gomes, 2012 p. 55).

A promoção de um diálogo intercultural na escola torna-se uma tentativa de preservar a etnicidade dos povos originários na historicidade brasileira, mais precisamente como forma decolonial, afastando-se da hegemonia monocultural colonial, através de uma ação educativa propositiva (Oliveira; Candau, 2010). Entretanto, no cenário atual, ainda temos, decorrentes de assimetrias sociais acumuladas historicamente, demandas socialmente relevantes a serem, em vieses reparativos e/ou afirmativos, atendidas junto aos povos originários. Por isso, algumas políticas públicas específicas são essenciais, como a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas e a reorganização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – antes denominada Fundação Nacional do Índio

(FUNAI), que juntos objetivam proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil (Brasil, 2023). Desse modo, é possível reconhecê-los como sujeitos de direitos, em especial o “direito coletivo à terra, o uso dos recursos naturais e a autodeterminação política” (Braga; Campos, 2012, p. 500), assim como proposto na Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas de 2007 (ONU, 2008).

A partir da discussão estabelecida, o presente estudo se justifica a partir da compreensão da importância da inserção dos conteúdos de matriz indígena no ambiente escolar, de forma a contribuir para uma educação emancipatória e de posicionamento frente às questões de desigualdade étnico-racial que ainda permeiam a nossa sociedade, compreendendo como se estabelece o diálogo acadêmico-científico da Educação Física Escolar com essa temática, considerando as diretrizes estabelecidas pelos documentos oficiais enquanto políticas públicas de Estado.

2. Metodologia

A primeira etapa adotada no estudo foi à seleção dos periódicos nacionais que seriam utilizados como *corpus* da análise. Esses periódicos deveriam atender aos seguintes critérios de inclusão: serem pertencentes ao *WebQualis* da CAPES A1~B2 e à área de Educação Física. Assim, os periódicos selecionados foram: Revista Brasileira de Ciências do Esporte; Revista Brasileira de Ciência e Movimento; Revista da Educação Física (UEM); Revista Brasileira de Educação Física e Esporte; Revista Movimento (UFRGS); Pensar a Prática; Motriz; Motrivivência, compondo, assim, um *corpus* com 8 periódicos.

A estratégia de busca se deu a partir da leitura do título dos artigos no sumário das edições lançadas no período selecionado, objetivando realizar uma busca minuciosa. Além da leitura do título dos artigos, elencamos as seguintes palavras-chave: cultura indígena, educação e educação física, sendo estas utilizadas na barra de pesquisa do periódico para localizar os artigos alusivos à temática e que não seria possível de identificá-los a partir do título.

Os estudos selecionados para compor o artigo deveriam obedecer aos seguintes critérios: ter o idioma original em português (BR) e trazer em seu conteúdo discussões e reflexões que se relacionassem com a Educação Física escolar. O recorte temporal selecionado foi o período de 10 anos, entre 2011-2021, visando a considerar a homologação do marco legal supramencionado no ano de 2008.

Após a busca, foram selecionados 16 artigos. Os estudos foram devidamente tabulados em planilha de *Excel* contendo as seguintes informações: nome, revista, ano. A análise dos dados se deu de modo sistematizado, conforme proposto pelo método analítico de Bardin (2011), divididos em pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Buscando operacionalizar a análise dos dados, recorreremos às categorias analíticas e empíricas de Minayo (2006) e aos estudos referentes a unidade de contexto e registro de Bardin (2011). Após análise do conteúdo dos artigos, foram excluídos 12 estudos que não se enquadravam no objetivo do presente artigo.

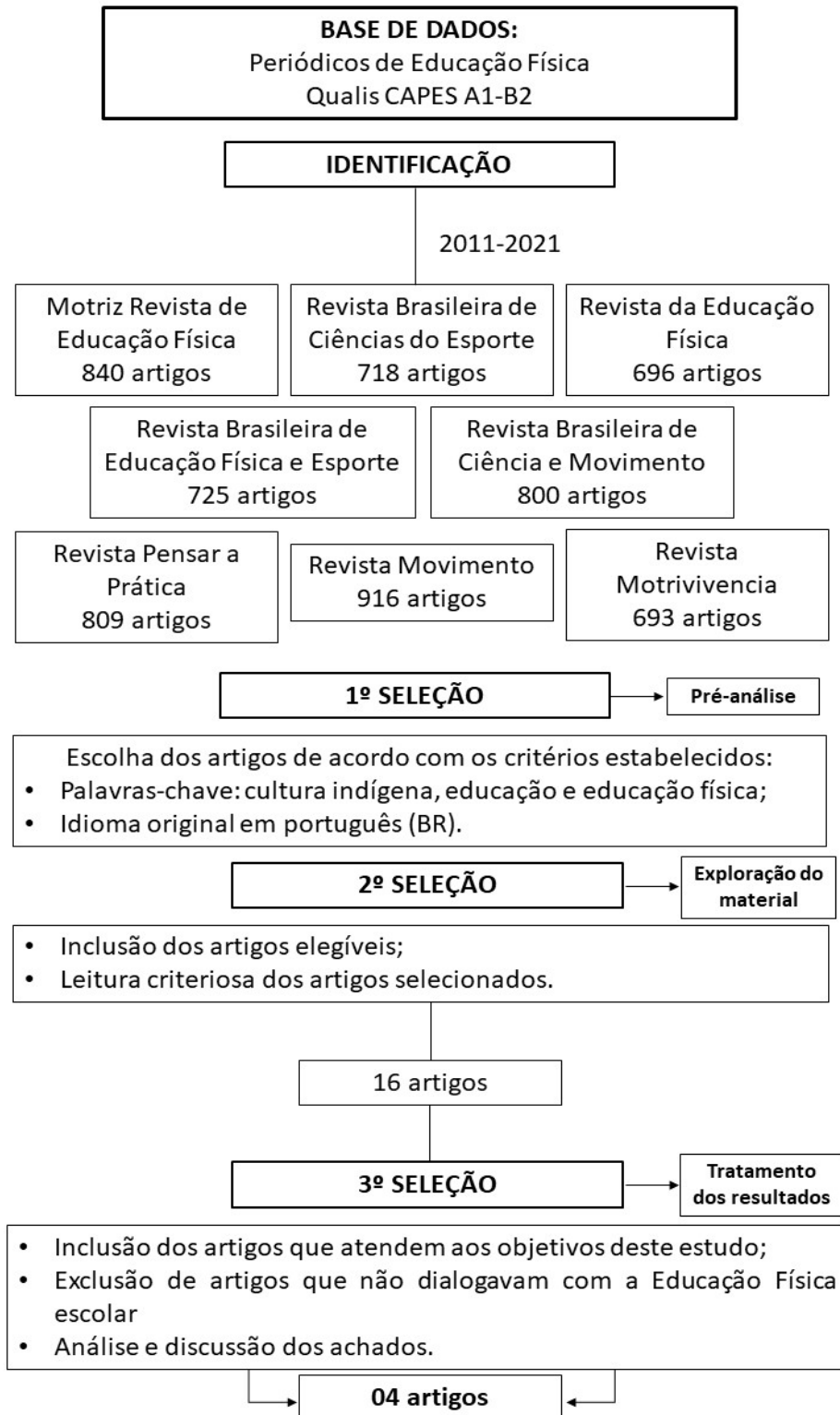
A definição das categorias abaixo ocorreu a partir dos estudos de Minayo (2006), visto que estas comportam o objeto de estudo e colaboram para a delimitação do problema de pesquisa e para a reflexão conceitual. As categorias empíricas possuem a finalidade operacional, objetivando a codificação dos dados que se relacionam com as categorias analíticas (Souza Junior; Melo; Santiago, 2010):

Categorias analíticas: Práticas Corporais Indígenas; Educação Física

Categorias empíricas: Danças, Lutas, Jogos e Brincadeiras

As categorias analíticas foram elencadas considerando o objeto de estudo da pesquisa e a relação com a área a qual o estudo se insere. As categorias empíricas foram estabelecidas a partir dos achados na pesquisa, englobando os conteúdos presentes nos artigos, articulando também com os conteúdos da BNCC que reconhecem as práticas indígenas enquanto objeto de conhecimento.

Quadro 01 – Seleção de Artigos para Revisão



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

3. Resultados e discussões

A tabela abaixo mostra os dados referentes ao quantitativo de artigos publicados nos 8 periódicos que compõem o *corpus* do nosso estudo em relação a produção de artigos que abordem a temática do estudo.

Tabela 1 – Total de artigos publicados no período de 2011-2021

Periódicos	Quantidade de artigos publicados 2011-2021	Quantidade de artigos sobre as práticas corporais indígenas
Motriz Revista de Educação Física	840	0
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	718	1
Revista Brasileira de Ciência e Movimento	800	1
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	725	3
Revista da Educação Física (UEM)	696	0
Revista Movimento UFRGS	916	2
Revista Motrivivencia	693	3
Revista Pensar a Prática	809	6
Total	6,197	16 (0,25%)

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os achados da pesquisa evidenciam uma escassez de produções que discutam as práticas corporais indígenas. Ressalta-se que, dentro desses 16 artigos encontrados, apenas 04 tratam dos conhecimentos relacionados à Educação Física escolar. Os demais textos têm seu foco em discussões referentes à colonização e prática esportiva. Sabemos que a temática é discutida em outras áreas da educação, entretanto, considerando a proximidade, reiteramos que a Educação Física precisa materializar mais estudos com a temática enquanto objeto de conhecimento relevante para a Educação Física. A partir dos dados expostos foi possível identificar que os artigos que se relacionam com a Educação Física Escolar trazem em seu conteúdo discussões referentes a danças,

lutas, jogos e brincadeiras, isto é, conteúdos previstos nos documentos norteadores e presente na literatura da área.

3.1 Danças e lutas na Educação Física escolar: a educação intercultural como prioridade dos eixos temáticos

De acordo com a BNCC “as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório” (Brasil, 2017, p. 213). Nesse sentido, a análise curricular demonstra a indispensável necessidade de contextualizar, tematizar e fundamentar as práticas corporais da cultura indígena como aportes para o enriquecimento dos saberes construídos pelos(as) estudantes, de modo que permita a compreensão da diversidade, manutenção e respeito à cultura brasileira. À vista disso, Soares *et. al.* (1992) sinaliza sobre a importância de a Educação Física tratar o sentido e o significado das práticas corporais historicamente construídas, considerando a simbologia dos grupos que a pertencem.

Diante dessas reflexões e da pesquisa bibliográfica, observamos a significação sociocultural e mística atribuída às danças e lutas de matriz indígena pelos seus povos. No tocante à dança, identificamos o estudo realizado por Boaretto e Pimentel (2015) em terras indígenas do Paraná, que evidenciou “[...] o papel da dança enquanto ritual vem na perspectiva da (re)criação da tradição, na qual o mito e a história são revitalizados e ressignificados para educar o corpo e a identidade [...]” (Boaretto; Pimentel, 2015, p. 638). Segundo os autores, a dança é uma potente ferramenta para disseminação da cultura indígena dentro do ambiente escolar, enquanto possibilidade da Educação Física:

[...] tomamos a **dança como uma das possibilidades de disseminação da cultura** dentre os conteúdos presentes na área de Educação Física. [...] no fazer pedagógico dos professores indígenas de dança, buscamos elementos para o nosso próprio fazer. A intervenção educacional, na perspectiva da educação intercultural, visa uma educação

para o **(re) conhecimento do “outro”**, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, ou seja, uma educação para a negociação cultural capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente associadas (Boaretto; Pimentel, 2015, p. 640-642).

Nesse bojo, o trato pedagógico desse conteúdo como elemento da práxis pedagógica permitirá ao(à) estudante o (re)conhecimento patrimonial (material e/ou imaterial) dos povos que constituem a sociedade, compreendendo a rica multiplicidade da cultura brasileira para além da perspectiva colonizadora. Em relação a isso, enquanto de um lado luta-se pelo reconhecimento desses povos como protagonistas da história brasileira, em outro há a rotulação das características culturais colonialmente construídas, inclusive dentro do ambiente escolar. Destarte, segundo os artigos analisados, temos o diálogo intercultural no ambiente escolar como possibilidade para o combate das narrativas etnocêntricas resultantes do colonialismo e a estigmatização dos povos originários:

[...] o ensino dos povos indígenas, tanto no passado como no presente, pode ser útil para superar as barreiras construídas por preconceitos culturais e pelo etnocentrismo, passando a representar uma perspectiva pedagógica para a alteridade, defendendo o respeito mútuo entre diferentes grupos (Boaretto; Pimentel, 2015, p. 641).

Vislumbrando possibilidades e transformações acerca das possibilidades metodológicas na inserção do conteúdo intercultural na Educação Básica, Mazzilli e Mascioli (2019) sugerem que o(a) professor(a) de Educação Física realize atividades que oportunizem ao corpo discente expandir o acervo cultural quanto ao reconhecimento das múltiplas culturas existentes no Brasil:

Essas são reflexões importantes a serem feitas com os alunos: as lutas que os povos indígenas precisaram travar as

batalhas à que foram submetidos, as suas estratégias de resistência, as suas crenças e as histórias nas quais as danças se fundamentam, bem como os significados dessas histórias. Entendemos que esse exercício permitirá que os alunos ampliem seu repertório cultural, o que promoverá a aprendizagem, e também o desenvolvimento do senso de cidadania e respeito pelas diversidades. Lembramos que é papel da educação desenvolver cidadãos que compreendam as diferenças entre as culturas vivas atualmente, e respeitem essas diferenças (Mazzilli; Mascioli, 2019, p. 25).

No contexto das lutas foi localizado apenas um estudo que faz referência às lutas de matriz indígena. O artigo desenvolvido por Lussac (2015) traz informações históricas – através do resgate documental, acerca da origem e contribuições indígenas da capoeira. O autor apresenta argumentos para a possibilidade de alguns movimentos da capoeira serem de origem indígena, ainda que não fosse praticado como uma luta, e sim como um jogo sem a utilização de música (batuques, por exemplo, introduzido pelos afrodescendentes). O presente artigo leva a reflexão sobre possibilidades de pesquisa-investigação no ambiente escolar acerca da historicidade e simbologia dessa prática corporal na dimensão sociocultural dos povos originários, assim como preconizado na lei 11.645/08.

À vista disso, Pereira (2021) acentua a importância da inclusão das lutas de matriz indígena e africana no conteúdo da Educação Física na BNCC para o ensino fundamental. A autora vislumbra as diversas possibilidades de ensino dentro dos conteúdos e ressalta a necessidade docente em ampliar as concepções históricas discentes sobre a sociedade a partir da prática, desvinculando-se de uma aula puramente tradicional, de maneira que compreendam o sentido e significado das atividades desenvolvidas, coadunando com os marcos legais. Nesta conjuntura, reconhecer o espaço da Educação Física como um campo explorável para um diálogo dinâmico, plural e transformador, de forma crítica e propositiva - asso-

ciando elementos práticos e históricos na abordagem do ensino das lutas - é fundamental para a pedagogia decolonial.

3.2 Jogos e Brincadeiras dos povos indígenas: contribuições para Educação Física escolar

O estudo de Bringel *et al.* (2020) discursa sobre brinquedos, jogos e brincadeiras da nação *Akwe-xerente*, entendendo a brincadeira enquanto um patrimônio lúdico-cultural que expressa significados de um determinado grupo social:

Nesse sentido, a apreensão do significado que a brincadeira tem para uma dada cultura impõe a necessidade de compreender como os integrantes dessa cultura – o foco deste estudo são os indígenas – constroem explicações, agem e atribuem significados, a partir de uma lógica cultural específica. (Bringel *et al.*, 2020, p. 01).

No que cerne as brincadeiras e jogos indígenas, o ato de brincar emerge enquanto um instrumento importante para a socialização das crianças indígenas e na formação da sua identidade, além disso, a transmissão desses saberes – de geração a geração – exerce função histórica de valorização histórico-cultural (Nunes, 2002; Nunes, 2011; Campos, 2007 *apud* Bringel *et al.*, 2020). Para além do desenvolvimento sociocultural, a autora aborda que as práticas observadas em comunidades indígenas contribuem para o desenvolvimento da corporalidade, do cognitivo e aspectos emocionais e psicológicos, tornando-se uma possibilidade prática dentro da escola não indígena (Bringel *et al.*, 2020).

Considerando algumas contribuições advindas dos jogos e brincadeiras indígenas, a autora destaca a importância do brincar na dimensão física e sensorial, elencando uma gama de jogos e brincadeiras, utilizando do conceito de Gosso e Otta (2003) para categorizar as brincadeiras, propondo assim uma organização das brincadeiras que possibilitam uma intervenção prática. Essa categorização se divide em 6 tipos, entre elas estão: 1) contingência

física/exercício sensório motor; 2) contingência social; 3) simbólica ou imaginativa; 4) turbulentas agonísticas; 5) jogos de construção; e 6) jogos de regras. A definição de cada uma dessas divisões também está presente no texto:

As brincadeiras de contingência física são aquelas em que a criança, utilizando-se de objetos, exercita relações espaciais e causais e aprende a força e a função dos instrumentos manuseados. As brincadeiras sensório-motoras são espécies de exercícios de atividade motora que estimulam principalmente as sensações cinestésicas e de equilíbrio dinâmico (Gosso; Otta, 2003, p. 42).

A partir das reflexões estabelecidas, é possível compreender a importância dos jogos e brincadeiras indígenas dentro da Educação Física escolar, tanto na perspectiva de valorização e reconhecimento da cultura historicamente produzida pelos indígenas, como na perspectiva do desenvolvimento sociocultural, da corporalidade e da cognição discente, reafirmando a importância do trato desses conhecimentos de maneira planejada.

3.3 Outras pontuações: como estimular o protagonismo infanto-juvenil a partir da educação intercultural

O estudo de Munarim (2011) apresenta uma abordagem dos ensinamentos que as práticas corporais em sociedades indígenas podem agregar na Educação Física escolar, ancorado em uma perspectiva antropológica da criança. O estudo em questão traz reflexões sobre a Educação Física e o papel social da criança:

Discutir o que é ser criança na Educação Física vai muito além de propor jogos e brincadeiras e definir atividades motoras para cada faixa etária. Pensar a infância e a noção do lugar que as crianças ocupam em nossa sociedade reflete tanto a forma como articulamos propostas em nível de políticas públicas – planejamentos urbanos, projetos de lazer e infraestrutura das cidades, que ainda privilegiam o

adulto e suas atividades – como nas definições de conteúdo a serem trabalhados na escola, nos espaços e tempos a elas destinados (Munarim, 2011, p. 376).

Reiterando a importância de se olhar e pensar fora do nosso meio, a fim de ampliar os conhecimentos e possibilidades no ambiente escolar, fundamentada na antropologia da criança a autora afirma que:

[...] ao abordar a realidade das crianças indígenas, demonstra a importância de voltar nosso olhar para as infâncias distantes dos bancos escolares, que passam por privações, mas também por experiências significativamente ricas corporalmente (Munarim, 2011, p. 376-377).

No artigo, a autora traz uma reflexão sobre o protagonismo infantil nas aldeias indígenas presentes no seu estudo, onde, desde muito novas, as crianças participam da construção do convívio social e têm sua voz ouvida dentro dos respectivos grupos:

[...] ao contrário de nossa prática social que exclui as crianças das esferas decisórias, as crianças indígenas são elementos-chave na socialização e na interação de grupos sociais e os adultos reconhecem nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade (Tassinari, 2007, p. 23 *apud* Munarim, 2011, p. 382).

Reforçando que a criança, além de participar da vida social, pode contribuir para transformá-la (Nunes, Carvalho, 2007 *apud* Munarim, 2011). É possível identificar, a partir do debate estabelecido, a importância do protagonismo da criança na sociedade enquanto um ser social que se apropria e produz conhecimento. Trazendo esse protagonismo para a perspectiva da Educação Física escolar, é importante que o estudante tenha também voz ativa dentro do processo de ensino aprendizagem escolar e do

papel docente, na mediação das ideias e proposições discentes. Sobre esse ponto, a autora afirma:

Talvez desta riqueza de experiências corporais e da liberdade de expressão entre os adultos que surge o maior ensinamento das crianças indígenas à nossa concepção de infância, que permeia toda a nossa prática pedagógica (e de adultos): de que crianças são seres humanos que se movimentam, que tem histórias, experiências e sensações; que se encontram em um determinado contexto situacional e cujos movimentos, que partem de suas percepções, são carregados de sentidos e intencionalidades (Munarim, 2011, p. 387).

Os achados trazem reflexões importantes sobre práticas indígenas que podem ser extrapoladas e aplicadas em diversos ambientes do nosso convívio social no que se refere ao desenvolvimento pessoal, participação social, coletividade e cooperação, contribuindo para uma ressignificação do papel social da criança em ambientes formais de ensino ou no cotidiano.

3.4 Contribuições de estudos para além do corpus

Considerando a escassez de produções dentro do *corpus* analisado, realizamos uma busca em outras áreas de conhecimento, bem como em outros meios de produção acadêmica, a fim de localizar estudos que apresentem contribuições da temática no processo de ensino aprendizagem.

A dissertação de mestrado de Felipe (2019) traz contribuições referentes ao ensino da luta de matriz indígena huka-huka com discentes no ensino fundamental. Um ponto importante a ser relatado é a imagem que discentes tem referentes aos indígenas, materializada através de um questionamento da pesquisa, em que ficou evidenciado que o conhecimento acerca dos povos indígenas advém de estereótipos produzidos pela mídia (Felipe, 2019). Esse debate

reforça a importância de superar a superficialidade no trato do conhecimento referente aos povos indígenas no ambiente escolar.

Com o objetivo de lidar com essa questão, o autor optou por introduzir uma intervenção inovadora no campo da Educação Física. Essa abordagem consistiu na aplicação de um método sistematizado que se dedicou a abordar questões socioculturais específicas dos povos indígenas do Alto do Xingu. No âmbito prático, a intervenção envolveu diversas atividades, tais como a incorporação de jogos e brincadeiras típicas do contexto indígena, a realização de um festival de lutas, a elaboração de materiais didáticos e a organização do Kwarip, que contou com a participação de outras turmas da escola, bem como de outros professores.

Além disso, a intervenção buscou inovar também no processo avaliativo. Neste novo formato, os discentes desempenharam um papel ativo, contribuindo para o processo de avaliação. Essa abordagem não apenas fortaleceu a autonomia dos estudantes, mas também promoveu uma visão crítica, incentivando a reflexão e participação efetiva dos estudantes no seu próprio processo de aprendizagem.

Dessa forma, a proposta de intervenção apresentada por Felipe (2019) não se limitou apenas ao ensino de Educação Física, mas procurou promover uma abordagem mais ampla, integrando aspectos socioculturais, práticas tradicionais e a participação ativa dos alunos, tanto no aprendizado quanto na avaliação, contribuindo assim para uma experiência educacional mais enriquecedora e inclusiva.

Gonçalves (2020) aborda, em sua dissertação, a elaboração de um guia de orientações didático-pedagógicas referentes às práticas corporais do povo indígena tenetehara-guajajara. O guia foi elaborado a partir das “vozes” dos aldeões e contemplam as unidades temáticas propostas pela BNCC para a Educação Física escolar, contendo 5 sequências didáticas que podem ser distribuídas em 11 aulas. A nível de exemplificação, na sequência didática que aborda o esporte, a autora usa como recurso o badoque e o arco em flecha, contemplando o conhecimento referente aos esportes de precisão, nos quais os instrumentos utilizados são pertencen-

tes ao cotidiano do povo indígena e podem ser incorporados às aulas de Educação Física. A autora reitera, ainda, a importância da elaboração do guia para uma educação intercultural que seja pautada na realidade e no cotidiano indígena, e não apenas focada na cultura ocidental (Gonçalves, 2020).

Mais recentemente, Pereira (2021) traz em sua produção possibilidades práticas para os conteúdos de jogos e brincadeiras, lutas e outras atividades que podem ser utilizadas nas aulas de Educação Física a partir do acervo cultural histórico dos povos originários:

A Educação Física abre possibilidades para que se pense na ressignificação dos elementos das práticas corporais indígenas, com a adoção de posturas e valores que possam ser problematizados nas suas aulas, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais. E sendo trabalhada não somente em datas comemorativas, como o dia do indígena, por exemplo (Pereira, 2021, p. 18).

Em sua obra, a autora traz a brincadeira sapo-chefe, por exemplo, que pode ser utilizada de maneira multidisciplinar. Além disso, lutas como a *huka-huka* e *kapi* precisam ser ressignificadas e debatidas nas aulas. Contudo, a autora reconhece a escassez de estudos voltados à essa temática no campo da Educação Física e ressalta a omissão desses conhecimentos de forma adequada na formação docente:

[...] a escassez de material pedagógico para se trabalhar as questões indígenas é um fator crucial nesta área. Apesar de se constituir como uma temática crescente na Educação Física, mesmo que de forma muito lenta, já tem-se apresentado em algumas propostas curriculares. Ainda assim, não há uma pertinência da temática indígena nos cursos de formação inicial, e nem nas formações continuadas para professores de Educação Física, pois os saberes desses povos são relegados e sobrepostos por conhecimentos eurocêntricos e hegemônicos (Pereira, 2021, p. 18-19).

Nessa concepção, fomentar e estimular a produção desse conhecimento dentro de espaços de formação acadêmica-científica é de fundamental importância para a valorização do protagonismo histórico e social dos povos originários, reconhecendo sua importância dentro do contexto educacional do país e na ruptura de uma imagem estigmatizada desses povos, reproduzida pela voz colonialista na sociedade brasileira.

Considerações finais

Diante do cenário educacional e da relevância da cultura nativa, em especial a cultura corporal de movimento, percebe-se a necessidade urgente de uma abordagem mais aprofundada por parte dos docentes. Essa responsabilidade transcende o âmbito educacional, estendendo-se à legislação educacional, a exemplo da Lei 11.645/08 e demais documentos oficiais.

Entretanto, ao examinarmos a produção acadêmico-científica dedicada a essa temática, constatamos uma lacuna significativa, revelando uma escassez de reflexões essenciais. A maioria dos estudos identificados concentra-se em aspectos como a relação colonialista, a esportivização em terras indígenas e a realidade das escolas indígenas. Poucos exploram metodologias para integrar conteúdos de matriz indígena às aulas de Educação Física.

No contexto da massificação histórica da cultura indígena no Brasil, a ausência de produção acadêmica contribui para a invisibilidade desses grupos étnicos, perpetuando estereótipos colonialmente construídos. A falta de reconhecimento e respeito à diversidade étnica é um desafio contemporâneo que requer ações relevantes em nosso complexo e dinâmico contexto social.

Assim, os elementos culturais, como jogos, brincadeiras, danças e lutas de origem indígena, destacam-se como valiosas alternativas didático-pedagógicas, enriquecendo diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem na Educação Física Escolar. Contudo, é essencial ponderar sobre os desafios inerentes ao tratamento desses conteúdos, ultrapassando a carência de embasa-

mento científico. Entre esses desafios, destacam-se a intolerância religiosa diante do caráter ritualístico presente em muitas danças de origem indígena, debates sobre a inserção das lutas no ambiente escolar, suscitando reflexões acerca da distinção entre luta e violência, além da realidade da escassez de recursos materiais, o que pode comprometer a implementação de intervenções envolvendo jogos e brincadeiras.

Sendo assim, torna-se evidente que o debate precisa se estender para outros contextos que englobam a temática central do estudo para que, a partir da inquietação inicial proposta no presente artigo, possam se desdobrar outras problemáticas e possibilidades de pesquisa.

Concluindo nossa análise sobre a produção científica vigente, central em nosso estudo, vislumbramos com otimismo que, apesar das fragilidades e lacunas identificadas, os próximos anos podem testemunhar um aumento quantitativo e qualitativo na produção científica nacional sobre os povos originários. Observamos ainda que, timidamente, movimentos de políticas de estado, voltados para a proteção e valorização desses povos, estão se fortalecendo.

Portanto, propomos uma síntese provisória dessa produção científica, delineando desafios presentes e apontando para a necessidade de explorar ainda mais as possibilidades metodológicas para a efetiva inserção de conteúdos de matriz indígena nas aulas de Educação Física. Esse caminho, embora permeado por dificuldades, apresenta-se como uma oportunidade promissora para um diálogo mais inclusivo e respeitoso com as riquezas culturais dos povos originários.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGAMASCHI, M. A; GOMES, L. B. A temática indígena na escola: ensaios de uma educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 53-69, 2012. Disponível

em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/tematica_indigena.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

BOARETTO, J. D; PIMENTEL, G. G. A. Os Kaingang do Ivaí, suas danças e a educação intercultural. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 633-644, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/51366/35140>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRAGA, C. F; CAMPOS, P. H. F. Invisíveis e subalternos: as representações sociais do indígena. **Psicologia & Sociedade**, Goiânia, v. 24, n. 3, p. 499-506, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nhv9tPxLYXRyN7gN3vbCcPS/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023.**

Dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério dos Povos Indígenas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11355-1-janeiro-2023-793642-publicacaooriginal-166768-pe.html#:~:text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRINGEL, D. A. *et al.* Brinquedos, jogos e brincadeiras Akwe-Xerente. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2020.

Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/57941>.
Acesso em: 13 maio 2024.

FELIPE, D. **Luta corporal indígena**: possibilidades pedagógicas do huka huka nas aulas de educação física. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social) – Faculdade de Gestão Social, Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

GOSSO, Y.; OTTA, E. Em uma aldeia Parakanã. *In*: CARVALHO, A.M.A. *et al.* **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 33-76.

GONÇALVES, L. S. **Práticas corporais indígenas da comunidade tentehara guajajara**: contribuições interculturais para educação física. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

LUSSAC, R. M. P. Especulações acerca das possíveis origens indígenas da capoeira e sobre as contribuições desta matriz cultural no desenvolvimento do jogo-luta. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 267-278, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/mZMkcCmh6MHj75tgNFWLp8m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.

MAZZILLI, N.; MASCIOLI, S. A. Z. O ensino da cultura indígena na educação básica por meio da dança. **Revista Eletrônica da Educação**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 15-27, 2019. Disponível em: <https://portal.fundacaojau.edu.br:4433/journal/index.php/revistasanteriores/article/view/223>. Acesso em: 13 maio 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MUNARIM, I. O que podemos aprender com as crianças indígenas? Aproximações da antropologia da criança às noções

de infância, cultura e movimento na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 375-390, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/ztQwQQS3nYPK8mXTGgdrv6j/>. Acesso em: 13 maio 2024.

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante. *In*: SILVA, A. L.; MACEDO, A. V. L.; NUNES, A. (org.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002. p. 64-99.

NUNES A. A sociedade das crianças A'uwe-Xavante: revisitando um estudo antropológico sobre a infância. **Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina**, Tubarão, v. 4, n. 8, p. 342-359, 2011. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNISUL-4_e4ce87c639d12e5949b8b7dc368d986a/Details. Acesso em: 13 maio 2024.

OLIVEIRA, L. F; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

PEREIRA, A. S. M. **Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da Lei 11.645/08 na Educação Física escolar**. Fortaleza: Aliás, 2021.

SOARES, *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M; MELO, M. S. T; SANTIAGO, M. E. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 31-49, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11546>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.